

# REPÚBLICA E REPUBLICANISMO

## COORDENAÇÃO

Maria Fernanda Rollo  
António Rafael Amaro

## REPÚBLICA E REPUBLICANISMO

### COMISSÃO ORGANIZADORA

António Rafael Amaro (CEIS20)  
João Paulo Avelãs Nunes (CEIS20)  
Luís Farinha (IHC)  
Maria Fernanda Rollo (IHC)  
Vitor Neto (CEIS20)

### COMISSÃO CIENTÍFICA

António Pedro Pita, CEIS20, Universidade de Coimbra  
António Reis, IHC e FCSH da Universidade Nova de Lisboa  
António Ventura, FL da Universidade de Lisboa  
Fernando Catroga, FL da Universidade de Coimbra  
Joaquim Romero Magalhães, FE da Universidade de Coimbra  
Luís Crespo de Andrade, CHC e FCSH da Universidade Nova de Lisboa  
Luís Marques Alves, FL da Universidade do Porto  
Luís Salgado de Matos, ICS, Universidade de Lisboa  
Magda Pinheiro, CEHCP do Instituto Universitário de Lisboa  
Maria de Fátima Nunes, CEHFCi e Universidade de Évora  
Maria Fernanda Rollo, IHC e FCSH da Universidade Nova de Lisboa  
Norberto Cunha, Universidade do Minho  
Paulo Fontes, CEHR, Universidade Católica Portuguesa

### SECRETARIADO

Mafalda Jardim

### TÍTULO

República e Republicanismo

### COORDENAÇÃO

Maria Fernanda Rollo  
António Rafael Amaro

### DESIGN E PAGINAÇÃO

Nuno Ribeiro  
Nuno Pacheco Silva

### ISBN

978-989-658-277-7

### DEPÓSITO LEGAL

385745/14

### DATA DE EDIÇÃO

Outubro 2015

### EDIÇÃO

calei  
d o s c  
ó p i o

CALEIDOSCÓPIO - EDIÇÃO E ARTES GRÁFICAS, SA  
RUA DE ESTRASBURGO, 26, R/C DTO.  
2605-756 CASAL DE CAMBRA - PORTUGAL  
TELEF. (+351) 21 981 79 60  
FAX (+351) 21 981 79 55  
e-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt  
www.caleidoscopio.pt

 **CENTRO  
REPÚBLICA**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO  
E ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA  
DA REPÚBLICA E DO REPUBLICANISMO

## A acção governativa republicana sob uma perspectiva adversa: o olhar da imprensa católica sobre o Governo<sup>1</sup>

Paulo Bruno Alves<sup>2</sup>

A posição da imprensa católica perante a acção governativa republicana, entre 1910 e 1926, foi especialmente adversa, sobretudo quando os temas visados nas suas páginas eram de teor religioso e/ou político. Mantendo uma cadência regular, a imprensa católica participou activamente no espaço público<sup>3</sup>, alimentando um discurso que, de acordo com António Matos Ferreira, deveria ser capaz de “influenciar a opinião pública através do combate de ideias, veiculando um pensamento que se queria mobilizador das consciências, impedindo o triunfo da indiferença e do espírito anti-religioso”<sup>4</sup>.

Sinteticamente, foi num clima de cruzada que a imprensa católica se apresentou como a “boa imprensa”, disposta a ser um dos meios mais úteis da nova postura da Igreja. A mudança nominal foi entendida como sendo mais do que uma simples metamorfose natural. Ela vingou num quadro geral da conjugação dos diferentes elementos que estiveram associados à formação do conceito da imprensa católica, ao seu processo construtivo e à sua vitalidade. Isto é, a passagem ocorreu perante uma realidade que era incontornável: a luta pela regeneração da sociedade,

- 1 O texto agora exposto representa, de uma forma mais alargada, a comunicação apresentada no Congresso “I República e Republicanismo”, organizado pela Universidade Nova de Lisboa e pela Universidade de Coimbra (UC), e realizado na Faculdade de Letras da UC entre os dias 4 e 5 de Outubro de 2013. Esta comunicação insere-se nos objectivos do projecto de investigação “Crença e Cidadania: Organizações e Imprensa Católicas na Sociedade Portuguesa do Século XX”, do CEHR, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), cuja equipa de investigação integramos.
- 2 Paulo Bruno Alves é doutorado em Ciências da Comunicação, especialidade de História da Comunicação, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com a dissertação: «A imprensa católica na Primeira República: do fim do jornal *A Palavra* (1911) ao Concílio Plenário Português (1926)». É investigador do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) da Universidade Católica Portuguesa, e colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra.
- 3 Sobre o conceito de “espaço público” ver a obra de SILVA, Filipe Carreira da. (2003), Espaço Público em Habermas, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. A mesma analisa e expõe o pensamento de Jurgen Habermas, filósofo e pensador alemão que é uma referência mundial na temática do espaço público. Ver igualmente uma outra obra recentemente publicada sobre o tema: INNERARITY, Daniel. (2010), O Novo Espaço Público, Lisboa, Texto Editores.
- 4 FERREIRA, António Matos. (2002), A constitucionalização da religião, História Religiosa de Portugal, Coord. Manuel Clemente. António Matos Ferreira. Rio de Mouro, Circulo de Leitores, vol. III, p. 46.

nomeadamente a questão social que envolvia o operariado, e que desencadeava uma nova postura da Igreja que se pretendia mais aguerrida. De acordo com a posição oficial, de um lado ficava a boa imprensa que agrupava os jornais, as revistas e os livros que eram aprovados pela Santa Sé e reconfirmados pelo episcopado de cada país. A estes jornais, livros e revistas era solicitada uma postura mais combativa, mas não menos religiosa. Do outro lado, restava a má imprensa, que era o mesmo que dizer, os títulos liberais, socialistas, republicanos e anarquistas e os maus livros que deveriam ser evitados e contrariados pelos católicos. Esta era a grande diferença entre ambas as vertentes da imprensa e, nesse combate, as oposições não poderiam estar melhor definidas.

Na sua globalidade, a imprensa católica pretendia demonstrar aos seus leitores que as políticas e as acções republicanas eram humilhantes para os católicos, em especial as que envolviam determinações religiosas, mas outras questões não foram esquecidas e sobre essas também se formularam opiniões. Ainda que aquela imprensa tenha juntado diversos títulos que tinham as suas especificidades, a existência de uma certa conflitualidade entre Estado e Igreja, em especial nos primeiros anos do novo regime, ajudou a que essas diferenças – sobretudo em questões políticas, religiosas e governativas – ficassem mais ou menos latentes, e a união fez-se sob a bandeira do catolicismo. Isto, apesar de estes títulos manterem posições políticas desiguais, com que por vezes se debatiam internamente, o que demonstra, por si só, que não havia um discurso unívoco na defesa dos ideais católicos. Exemplo disso é a existência de três linhas paralelas do pensamento católico veiculado por parte dos títulos referidos: um lado mais democrata-cristão/constitucionalista, com o *Echos do Minho* (Braga, 1911-1914), *Liberdade* (Porto, 1914-1919), *Diário do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação), *A Ordem* (Porto, 1913-mantém publicação) e *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919); uma outra linha com *A Nação* (Lisboa, 1847-1928) e *A Época* (Lisboa, 1919-1927), o primeiro vincadamente legitimista e o segundo monárquico; uma terceira linha com as *Novidades* (Lisboa, 1923-1974), título que pretendia fomentar a união católica, juntando todos os católicos num mesmo objectivo e longe das disputas internas. De referir que um pouco afastado desta linha estava *A União* (Lisboa, 1920-1938), que era o órgão do Centro Católico Português<sup>5</sup>.

5 O Centro Católico Português (CPP) conheceu três fases na sua história: a primeira fase, que se iniciou em 1917, com a sua fundação, até à realização do seu primeiro congresso, em 22 de Novembro de 1919. A segunda fase começou com esse congresso e terminou com o golpe militar de 28 de Maio de 1926. A terceira fase iniciou-se com esse golpe de Estado e seguiu até à transformação do CCP em Acção Católica, no início da década de 1930. Cf. CRUZ, Manuel Braga da. (1980), *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, p. 265. Sobre o Centro Católico Português ver, entre outras:

A análise política do país republicano, que constitui a base fundamental do presente texto, foi efectuada tendo por esquema três sub-períodos, iniciando-se em 1911, já depois dos primeiros meses do novo regime, instaurado em 5 de Outubro de 1910. O primeiro sub-período, entre 1911-1913, corresponde ao ciclo da afirmação da República e das suas políticas laicizadoras, um tempo caracterizado pela hegemonia política de Afonso Costa. O segundo sub-período, entre 1914-1918, representa uma época de grandes dificuldades para o país e para o Governo, agravada com o estalar da Grande Guerra (1914-1918), e com o descontentamento popular e de sublevação militar que quebrou o então radicalismo republicano. E que, por seu turno, abriu espaço para a “República Nova”, de Sidónio Pais, entre 1917 e 1918. O terceiro sub-período, entre 1919-1926, traduz a época de desagregação da Primeira República, marcada pela insatisfação clara pelo projecto republicano, e que abarca a posição e reacção dos bispos portugueses às mudanças sociais num mundo diferente, saído do pós-guerra, traduzida na realização do Concílio Plenário Português, entre 24 de Novembro e 3 de Dezembro de 1926.

#### 1911-1913

Aos olhos do *Echos do Minho* a República surgia como sendo francamente demagógica e envolta nos erros políticos do passado recente. Em 25 de Março de 1911, o periódico bracarense avisava que «(...) a Republica Portuguesa se se não mantiver, não o será pela evolução nem por qualquer movimento estudado ou premeditado pelos monarchicos, mas pela revolução da demagogia contra a auctoridade, cahirá por mão d' aquelles que a implantaram»<sup>6</sup>. *A Nação* aliava também a defesa política do legitimismo e estabeleceu ligação entre os erros da República e os erros da Monarquia Constitucional. Este título acusava o Governo Provisório de não basear a sua acção política num dos princípios basilares da própria República: a soberania popular. E confirmava que «(...) poucas vezes o constitucionalismo deposto pela republica triumphante, se viu tão atrapalhado em materia de eleições»<sup>7</sup>.

Na aurora da Primavera de 1911, numa altura em que se efectuavam as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte<sup>8</sup>, o *Echos do Minho* apresentava os

ALVES, Adelino. (1996), Centro Católico Português, Lisboa, Editora Rei dos Livros.

6 *A Demagogia na Republica*, in *Echos do Minho*, 25 de Março 1911, ano I, n.º 23, p. 1.

7 João Franco Monteiro, *As eleições e o progresso*, in *A Nação*, 23 de Maio de 1911, ano LXIV, n.º 15:137, p. 1.

8 Com eleições marcadas para dia 28 de Maio de 1911, a Assembleia Nacional Constituinte inaugurou os seus trabalhos em 19 de Junho desse ano, depois de eleições dominadas pelo Partido Republicano Português. Poderiam confirmar esse processo eleitoral em: Cf. SERRA, João B. (2009), *A evolução política (1910-1917)*, História

portugueses como sendo passivos crónicos no que dizia respeito à política. O periódico consubstanciava esse facto, confirmando o que era público: «(...) o ultimo acto eleitoral foi, pois, impopular, porque o povo, a grande maioria do povo português, *brilhou pela sua ausencia*»<sup>9</sup>.

Entre 1911 e 1913 o país assistiu a uma dança constante de governos. Nesse período, a hegemonia política de Portugal pertenceu a Afonso Costa<sup>10</sup>, mas este não dirigiu o primeiro governo constitucional da República<sup>11</sup>. João Chagas, então embaixador em Paris, França, é que haveria de ser indigitado como chefe de Governo por Manuel de Arriaga, o primeiro presidente da República Portuguesa<sup>12</sup>. Bem cedo, o país começou a assistir às frequentes lutas internas entre republicanos históricos que minaram o sucesso político de qualquer sucesso durante todo o período da República.

Três dias depois da tomada de posse de João Chagas, a realidade confirmava a instabilidade política permanente através do que havia nascido como um simples boato<sup>13</sup>. O Parlamento encerraria as suas portas dias depois, e João Chagas não haveria de se aguentar muito mais tempo. Ainda assim, esta instabilidade governativa não coibiu a maioria das nações europeias de reconhecer oficialmente a República Portuguesa, em 11 de Setembro de 1911<sup>14</sup>.

da Primeira República Portuguesa, Coord. Fernando Rosas. Maria Fernanda Rollo. 1.ª ed., Lisboa, Tinta-da-China, p. 99-102.

9 *As eleições e a liberdade*, in *Échos do Minho*, 1 de Junho de 1911, ano I, n.º 42, p. 1.

10 Cf. RAMOS, Rui. (1993), *As Guerras da República (1911-1917)*, História de Portugal: a Segunda Fundação, Dir. José Mattoso. Coord. Rui Ramos. Lisboa, Editorial Estampa, vol. VI, p. 457-474.

11 O primeiro Governo Constitucional da República, em funções desde 4 de Setembro de 1911, tinha os seguintes ministros à frente dos respectivos ministérios: João Chagas (Presidência e Interior); Melo Leote (Justiça); Duarte Leite (Finanças); Pimenta de Castro (Guerra); João de Meneses (Marinha); Augusto de Vasconcelos (Negócios Estrangeiros); Sidónio Pais (Fomento); e Celestino de Almeida (Colónias). Cf. MADUREIRA, Arnaldo. (2003), *A Questão Religiosa na I República: contribuições para uma autópsia*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 58.

12 Apoiado por António José de Almeida e por Brito Camacho, Manuel de Arriaga tornou-se, em 24 de Agosto de 1911, o primeiro presidente da República Portuguesa. No escrutínio final, de 18 de Agosto desse ano, foi eleito com 121 votos contra 86 votos do outro candidato, Bernardino Machado, apoiado por Afonso Costa. Cf. *Idem*, *ibidem*.

13 Cf. João Franco Monteiro, *Em que ficamos?*, in *A Nação*, 7 de Setembro de 1911, ano LXIV, n.º 15:225, p. 1.

14 Cf. SERRA, João B. (2009), *A evolução política (1910-1917)*, História da Primeira República Portuguesa... p. 105.

Mais tarde, a imprensa católica assistiu às incursões monárquicas, entre 1911 e 1912<sup>15</sup>, lideradas por Henrique de Paiva Couceiro<sup>16</sup>, no norte do país. Defendia-se que essas incursões demonstravam que o país não estava republicanizado, conforme o Governo fazia crer na imprensa que lhe era afectada, nem tão-pouco «(...) a republica era a unanime, ou quasi unanime aspiração nacional, como se tem pretendido fazer acreditar, mas que os factos se encarregam de desmentir»<sup>17</sup>.

Uma das acusações que ecoou com grande frequência nas páginas da imprensa católica assentava na falta de carisma da República, e dos seus mais egrégios representantes. A partir dos primeiros meses, depois da instauração do novo regime no país, começou a ser normal encontrar as denúncias ao regime republicano inscritas nos exames à sua acção. Um desses exemplos foi apontado em Setembro de 1912 por Belmiro, um colaborador d' *A Nação*, que questionava que «(...) depois do governo provisório, o que é que tem apparecido, que mereça registo? Absolutamente nada. (...) a falencia tem sido completa, quer em homens, quer em medidas de elevado alcance, e isso tem sido o principal fautor do descrédito dos governos republicanos»<sup>18</sup>.

Até ao fim de 1913 a instabilidade governativa e os ininterruptos tumultos registados no país, sobretudo em Lisboa, foram uma constante. Nesse tempo, já o desânimo pela forma como seguia o projecto republicano estava estampado em muitos portugueses e em muitos defensores daquele, como eram os casos de António José de Almeida e também de Brito Camacho que, em 1912, se afastaram de Afonso Costa e do Partido Republicano Português, e criaram, eles próprios, os seus: o Partido Republicano Evolucionista, de Almeida, e a União Republicana, de Camacho. A imprensa católica, pela voz d' *A Nação*, já tinha confirmado aquele

15 Paiva Couceiro conduziu a primeira incursão monárquica na madrugada de 5 de Outubro de 1911. Vindo da Galiza, Couceiro entrou no distrito de Vila Real com cerca de mil homens mal armados. Cedo se deparou com a dureza dos terrenos serranos e com a falta de dinheiro. Após a troca de tiros com os soldados da República, Couceiro retirou com as suas forças para Espanha, a 17 de Outubro desse ano. Em Junho de 1912, o capitão sentiu-se pressionado pelo governo espanhol, que se mostrava receptivo a expulsar os conspiradores monárquicos, a pedido do governo português. Liderou uma segunda incursão, a partir de 6 de Julho de 1912. Couceiro contou com menos tropas – cerca de quinhentos homens – mas estas estavam mais bem armadas e alargaram o raio dos seus ataques, seguindo pelas serras transmontanas como sucedera na primeira incursão. A causa monárquica parecia que ia ganhando adeptos através dos relatos dos jornais. Porém, na verdade, o povo católico do norte manteve-se quieto, indiferente à causa e não se aliou a Couceiro, e o movimento rapidamente baqueou. Entre o povo, a emigração tinha mais adeptos. O Brasil foi o destino de muitos, inclusivamente dos que estavam refugiados na Galiza. Cf. RAMOS, Rui. (2003), *As Guerras da República (1911-1917)*, História de Portugal: a Segunda Fundação... p. 458-460.

16 Sobre a figura de Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944), capitão, ex-governador de Angola e um defensor da causa colonial, podemos endereçar para a leitura das seguintes obras: MENESES, Filipe Ribeiro de. (Org.) (2011), *Paiva Couceiro: Diários, Correspondência e Escritos Dispersos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote. Ver também: VALENTE, Vasco Pulido. (2006), *Um Herói Português: Henrique Paiva Couceiro*, Lisboa, Alêtheia Editores.

17 João Franco Monteiro, *A verdade*, in *A Nação*, 9 de Outubro de 1911, ano LXV, n.º 15:251, p. 1.

18 Belmiro, *Dois annos depois...* in *A Nação*, 29 de Setembro de 1912, ano LXVI, n.º 15:543, p. 1.

estado de espírito, com menos de um ano de República, ao dizer: «(...) ninguém sonhou uma republica assim, a não ser os que a disfructam e d' ella se governam. O povo queria outra cousa, por entre as nuvens da sua mal defenida aspiração»<sup>19</sup>.

1914-1918

A análise da imprensa católica iniciou-se com avultadas críticas e com sinceras ironias, em especial direccionadas aos partidos políticos. Já as ruas de Lisboa eram palco de tumultos frequentes, e estavam repletas de grevistas<sup>20</sup>. Perante o estado calamitoso do país político, o presidente da República resolveu intervir. Em 24 de Janeiro de 1914, Manuel de Arriaga enviou uma carta aos partidos apelando ao entendimento. Contudo, sem surpresa, o acordo não foi conseguido. Arriaga chamou Bernardino Machado que assumiu as rédeas de um governo extra-partidário<sup>21</sup>. Já em meados de Abril, o periódico de Braga analisava a acção política de Bernardino. Este passou a ser visto como a solução para os males da República, mas, dois meses depois de chegar ao poder, o discurso era outro. O *Echos do Minho* assegurava que a parecença governativa de Bernardino com Costa era grande, e exemplificava: «(...) as mesmas violencias, a mesma furia, a mesma indisciplina, a mesma desordem anterior, surgiram nos mesmos *fauteils* governativos, apenas mais correctamente vestidas e com mascara sorridente!»<sup>22</sup>. Perante estes dados, o jornal de Braga afirmava que o país estava decepcionado e perplexo com o andar dos acontecimentos políticos. As medidas do progresso republicano, que os governantes vinham propagandeando na sua própria imprensa, eram contrapostas pelos editoriais da *Liberdade*, que denunciava que houvera um aumento de impostos, e o abandono da indústria nacional que estava cada vez mais nas mãos dos estrangeiros<sup>23</sup>. Isto para além da acção concreta sobre as colónias com a «(...) desnacionalização d' estas com a expulsão das congregações religiosas, para satisfazer odios jacobinos»<sup>24</sup>. Em 24 de Junho reavivou o assunto do momento – a crise da República – com um

19 João Franco Monteiro, *Crê ou morres*, in *A Nação*, 26 de Setembro de 1911, ano LXV, n.º 15:241, p. 1.

20 Cf. MADUREIRA, Arnaldo. (2003), *A Questão Religiosa na I República*...p. 86.

21 Bernardino Machado era o chefe de um novo Ministério constituído pelos seguintes ministros e respectivas pastas: Bernardino Machado (Presidência, Interior, Negócios Estrangeiros), Tomás Cabreira (Finanças), António Pereira de Eça (Guerra), Augusto Eduardo Neuparth (Marinha), Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro (Justiça), Aquiles Gonçalves Fernandes (Fomento), Alfredo Lisboa de Lima (Colónias), e Sobral Cid (Instrução Pública). Cf. *Idem*, p. 87.

22 F. V. *Consequencias*, in *Echos do Minho*, 15 de Abril de 1914, ano IV, n.º 346, p. 1.

23 Cf. *Terra vendida*, in *Liberdade*, 24 de Junho de 1914, ano I, n.º 15, p. 1.

24 *Estrangeiros...*, in *Liberdade*, 22 de Julho de 1914, ano I, n.º 38, p. 1.

novo balanço, depois do pedido de demissão colectiva do gabinete de Bernardino Machado, na noite de 22 de Junho. Contudo, o presidente da República insistiu para que Bernardino reconsiderasse e este cedeu, formando um novo governo. As críticas, porém, mantiveram-se. A *Liberdade* sustentava a sua própria desconfiança no novo ministério que mantinha Bernardino à frente do Governo<sup>25</sup>. No dia seguinte, afirmava que «(...) o actual governo é bem um signal inilludível do gâchis a que está reduzida a politica republicana... (...) A falencia é completa»<sup>26</sup>.

No final de Julho, o jornal do Porto asseverava que «a republica é o pesadêlo negro, tortuante do paiz, pezando-lhe sobre a consciencia como um remorço. (...) Acha-se arrependida a nação de haver cahido no logro republicano»<sup>27</sup>. A *Liberdade* e *A Nação* assumiam, nos seus editoriais, que esta era a fase decadente da República, minada por dentro, com repercussões do lado de fora, nas ruas. O diário de Lisboa asseverava que as ruas da capital estavam manchadas pelo sangue das lutas desencadeadas pelos republicanos. *A Nação* acusava mesmo as autoridades de terem recuperado o Santo Officio (Inquisição) e enveredado pela perseguição e pela tortura dos adversários políticos<sup>28</sup>. A descrença da imprensa católica e do povo, juntavam-se-lhes a divisão dos republicanos. Este era o cenário da República, em Julho de 1914, pouco antes do início do conflito mundial. A República em tempo de guerra seria outra. No final de 1914, a crise estalou, depois das diversas jogadas políticas que envolveram várias figuras a favor e contra a intervenção na guerra. Perante tal facto, a *Liberdade* afirmava que era «(...) aterradora a desorientação dos políticos do regimen, n' este gravissimo momento historico em que estamos sob a ameaça da perda das colonias e porventura da nossa autonomia»<sup>29</sup>. Das várias crises políticas aos golpes de Estado foi um pequeno passo.

No fim da tarde de 5 de Dezembro de 1917, Sidónio Pais acampou na Rotunda, no alto do Parque Eduardo VII, conseguindo trazer para a sua causa militares que estavam concentrados na capital para partir para a Flandres. Ao fim de três dias, os tiros disparados pela artilharia derrotaram as tropas leais ao Governo. Estava em marcha uma “República Nova” que contou com o apoio de muitos sectores católicos e monárquicos, assim como republicanos descontentes, anti-afonsistas, socialistas e operários.

25 Cf. *Novo Governo*, in *Liberdade*, 26 de Junho de 1914, ano I, n.º 16, p. 1.

26 *Palliativos*, in *Liberdade*, 27 de Junho de 1914, ano I, n.º 17, p. 1.

27 *Sós, até ao fim!*, in *Liberdade*, 24 de Julho de 1914, ano I, n.º 40, p. 1.

28 Cf. João Franco Monteiro, *Represalias e egoísmos*, in *A Nação*, 21 de Julho de 1914, ano LXVII, n.º 16:057, p. 1.

29 *Desorientação*, in *Liberdade*, 27 de Novembro de 1914, ano I, n.º 144, p. 1.

Em Março de 1918, em ambiente de campanha para as eleições, que haveriam de acontecer no mês seguinte e que oficializariam Sidónio como presidente da República, *A Ordem* apostava, deliberadamente, na exaltação do líder Sidónio Pais. Intitulava-o herói por representar o saneamento da nação, e expressava um desejo para a acção política a estabelecer: «(...) Saneie-se a atmospheria politica, cure a questão vital das subsistencias, faça-se luz sobre o processo da demagogia, fomenta-se o trabalho, a agricultura...»<sup>30</sup>. Mas também avisava Sidónio: asseverava que a escolha inicial, para o ministério, de membros unionistas affectos a Brito Camacho deixara antever problemas. De acordo com o periódico, até a presença de Machado Santos obrigava a cautelas acrescidas. Mais tarde, a ligação de diferentes grupos políticos, unidos apenas numa criada plataforma antiafonsista<sup>31</sup> haveria de denunciar a falta de fortes alicerces e provocar duras mossas à “República Nova”. Multiplicavam-se as conspirações políticas. À boa maneira da República, esperava-se que um atentado colocasse um fim ao “cesarismo” de Sidónio. No fim da noite de 14 de Dezembro de 1918, Sidónio Pais foi assassinado por José Júlio da Costa, um militante do Partido Republicano Português. A “República Nova” tinha os dias contados<sup>32</sup>.

#### 1919-1926

O ano de 1919 começou com uma tentativa revolucionária em Lisboa. O ambiente era tenso. O assassinato de Sidónio Pais, em Dezembro último, ainda era muito recente, e os reflexos políticos do atentado só estavam no início. O discurso foi, por isso, muito comedido na paixão que geralmente marcava os editoriais dos jornais católicos<sup>33</sup>. Ainda assim, a *Liberdade* deu um grande destaque às acções no norte de Portugal que originaram a “Monarquia do Norte”, na sua edição de 21 de Janeiro. Já em Fevereiro de 1919, a *Liberdade* acusava o Governo de manter aceso um incêndio bolchevista em Portugal, e de permitir que, sob a condescendência dos democráticos, a anarquia se instalasse nas ruas entre os muitos civis «(...) a quem se abriu a porta da rua, em nome da *salvação da república*»<sup>34</sup>.

30 C. M., *Vida nova*, in *A Ordem*, 10 de Março de 1918, ano III, n.º 622, p. 1.

31 Cf. VIEIRA, Joaquim. (1999), Portugal Século XX: Crónica em imagens (1910-1920) 1.ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores, p. 190.

32 Cf. SAMARA, Maria Alice. (2009), Sidonismo e restauração da República. Uma “encruzilhada de paixões contraditórias”, *História da Primeira República Portuguesa...* p. 390-393.

33 Cf. *Anno Novo*, in *Liberdade*, 1 de Janeiro de 1919, ano VI, n.º 1371, p. 1.

34 *Um incêndio que lava: a Nova Phase*, in *Liberdade*, 5 de Fevereiro de 1919, ano VI, n.º 1401, p. 1.

Em breve, as críticas ao executivo ganhariam outras proporções. A instabilidade política manteve-se em alta, quase sempre agravada com os tumultos e com os assaltos, verificados um pouco por todo o país. Em Agosto de 1921, António Granjo assumiu a chefia de um novo Governo<sup>35</sup>. Estava em marcha o denominado “Verão quente” de 1921. O chefe de Governo decidiu levar por diante as suas reformas, sobretudo ao nível do combate à carestia de vida e ao equilíbrio das contas nacionais. Esta era «(...) uma tarefa quixotesca, que fazia correr para fora toda a oposição antiliberal, dos radicais, do Partido Popular aos democráticos, dos amigos de Liberato Pinto, a cumprir um ano de pena no Forte de Elvas, aos independentes»<sup>36</sup>.

Em 19 de Outubro de 1921, os chamados revolucionários profissionais da GNR e da Marinha saíram para as ruas de Lisboa. Estava aceso o rastilho. Os radicais da “esquerda republicana” não perdoariam as tendências de uma República mais à direita e mais conservadora, e trataram de ajustar as contas com quem lhes tinha resistido no passado: «(...) Os dois heróis do 5 de Outubro, Machado Santos e José Carlos da Maia, foram fuzilados. António Granjo foi torturado até à morte no Arsenal da Marinha... (...) Significativamente, o assassino de Sidónio foi libertado»<sup>37</sup>.

Depois da tempestade, o presidente da República, António José de Almeida, tentou transportar a bonança para a política nacional, legitimando um Governo aceitável aos olhos dos revoltosos. Mas o radicalismo da República estava a terminar<sup>38</sup>. Entre 1919 e 1926, houve tempo para quase tudo: depois do radicalismo republicano (1919-1921), houve tempo para o conservadorismo dos “bonzos” (1922-1923), para o esquerdismo dos “canlotos” (1924-1925), e para se procurar uma solução nacional a todo o custo, numa República exangue (1925-1926)<sup>39</sup>. No Parlamento agravava-se a troca de insultos entre os parlamentares, e começaram a correr os boatos de conspirações políticas e de uma futura revolução, que se esperava liderada pelos militares. Era um facto assente que, perante a falência de experiências anteriores em derrubar a hegemonia política dos partidários de

35 O governo de António Granjo era composto pelos seguintes ministros e respectivas pastas: António Granjo (Presidência), Vicente Ferreira (Finanças), António de Freitas Soares (Guerra), Ricardo Pais Gomes (Marinha), Melo Barreto (Negócios Estrangeiros), Lelo Portela (Justiça), Fernandes Costa (Comércio), Abel Hipólito (Interior), António de Aboim Inglês (Agricultura), Ginestal Machado (Instrução Pública), Ferreira da Rocha (Colónias), e Lima Duque (Trabalho). Cf. MADUREIRA, Arnaldo. (2003), *A Questão Religiosa na I República...* p. 193.

36 FARINHA, Luís. (2009), *A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores, História da Primeira República Portuguesa...* p. 469.

37 RAMOS, Rui. (2009), *A República durante e depois da Guerra (1917-1926), História de Portugal*, Coord. Rui Ramos. 1.ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 617.

38 Cf. FARINHA, Luís. (2009), *A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores, História da Primeira República Portuguesa...* p. 466-469.

39 Idem, p. 463-484.

António Maria da Silva, caberia às Forças Armadas o papel principal de liderar uma revolta militar. Aquelas surgiam, pois, como «(...) o braço armado, o intérprete militar, de um tão amplo quanto equívoco “consenso nacional” em torno da necessidade de regenerar a pátria através do afastamento dos homens do Partido Republicano Português das cadeiras do Poder»<sup>40</sup>.

O ambiente em 1926 era, por isso, favorável para um golpe de Estado. O *Diário do Minho* apresentava em 25 de Maio, três dias antes do início da revolta, um editorial em que afirmava que o movimento militar estava próximo. O articulista apresentava as linhas gerais de uma conversa tida com uma “fonte” do jornal que, meses antes, lhe havia garantido que estaria para breve uma revolta militar que teria como objectivo constituir «(...) um movimento de salvação nacional, com programa maduramente estudado e de exito seguro, para anos e não para dias. Não são pimentadas nem sidonadas que se pretendem; queremos um governo que governe, que administre e que saiba o que quer e para onde caminha...»<sup>41</sup>.

O golpe significou o fim imediato do governo de António Maria da Silva, mas também estabeleceu «(...) a consagração daquilo em que a maioria dos próprios republicanos agora acreditava»<sup>42</sup>. E tal era a perda da hegemonia política dos democráticos. Como era de esperar, a imprensa católica deu-lhe grande protagonismo, não apenas pelo “furo jornalístico” de grande valor, mas porque representava uma esperança para os católicos, que viam na Ditadura Militar, entretanto estabelecida, uma boa forma de pudorem, no futuro, ver esclarecidas e resolvidos alguns temas prementes, com especial relevância para a questão religiosa. Para as *Novidades*, era vital que do Governo estivessem afastados regimes e interesses políticos, pois adiantava que «(...) este movimento não poderá produzir frutos se não tiver a acompanhá-lo e a dar-lhe autoridade e força uma obra de restauração do espírito cívico...»<sup>43</sup>. O jornal de Lisboa aproveitava o tom moralizador deste discurso para asseverar que o mesmo caminho, agora solicitado para o progresso do país, já há muito que vinha sendo apresentado e propagandeado pelo Centro Católico Português nos últimos anos. Em Junho, as *Novidades* assumiram novamente a defesa integral de um governo nacional, mas direccionada para a defesa das liberdades católicas<sup>44</sup>. De qualquer forma, a atenção principal das *Novidades* continuou a

ser feita em redor da nova realidade política nacional, e das alterações que aquela situação sugeria e determinava. O jornal assegurava que Portugal precisava de tranquilidade e de ordem, e recordava as palavras de Óscar Carmona, que garantia estar à frente do golpe de Estado para servir a República dentro da fórmula de servir a pátria. Essa tomada de posição era também seguida pelo jornal de Lisboa que olhava para o Exército como a pedra angular do movimento que iria conduzir o país nos anos seguintes, rumo a um Estado Novo, já com outras personagens e outros modelos políticos.

40 ROSAS, Fernando. (1994), Da Ditadura Militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar, História de Portugal: o Estado Novo, Dir. José Mattoso. Coord. Fernando Rosas. Lisboa, Editorial Estampa, vol. VII, p. 155.

41 *O falado movimento militar não gorou?*, in *Diário do Minho*, 25 de Maio de 1926, ano VIII, n.º 1866, p. 1.

42 RAMOS, Rui. (1993), O mito da política nacional (1918-1926), História de Portugal: a Segunda Fundação...p. 628.

43 Idem, *ibidem*.

44 *Cf. Liberdade! Liberdade!*, in *Novidades*, 12 de Junho de 1926, ano XLI, n.º 9333, p. 1.

## BIBLIOGRAFIA

- Echos do Minho* (Braga, 1911-1914) – 1911, 1914  
*Diário do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação) – 1921, 1926  
*Liberdade* (Porto, 1914-1919) – 1914, 1919  
*A Nação* (Lisboa, 1847-1928) – 1911, 1912, 1914  
*Novidades* (Lisboa, 1923-1974) – 1926  
*A Ordem* (Lisboa, 1916-1919) – 1918
- ALVES, Adelino. (1996), Centro Católico Português, Lisboa, Editora Rei dos Livros.  
 CRUZ, Manuel Braga da. (1980), *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.  
 FARINHA, Luís. (2009), A transformação política da República: o PRP dos “bonzos”, tempo dos deuses menores, História da Primeira República Portuguesa, Coord. Fernando Rosas. Maria Fernanda Rollo. 1.ª ed., Lisboa, Tinta-da-China, p. 463-484.  
 FERREIRA, António Matos. (2002), A constitucionalização da religião, História Religiosa de Portugal, Coord. Manuel Clemente. António Matos Ferreira. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, vol. III, p. 37-60.  
 INNERARITY, Daniel. (2010), O Novo Espaço Público, Lisboa, Texto Editores.  
 MADUREIRA, Arnaldo. (2003), A Questão Religiosa na I República: contribuições para uma autópsia, Lisboa, Livros Horizonte.  
 RAMOS, Rui. (1993), As Guerras da República (1911-1917), História de Portugal: a Segunda Fundação, Dir. José Mattoso. Coord. Rui Ramos. Lisboa, Editorial Estampa, vol. VI, p. 435-527.  
 \_\_\_\_\_. O mito da política nacional (1918-1926), História de Portugal: a Segunda Fundação, Dir. José Mattoso. Coord. Rui Ramos. Lisboa, Editorial Estampa, vol. VI, p. 597-633.  
 \_\_\_\_\_. (2009), A República antes da Guerra (1910-1916), História de Portugal, Coord. Rui Ramos. 1.ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 577-603.  
 \_\_\_\_\_. (2009), A República durante e depois da Guerra (1917-1926), História de Portugal, Coord. Rui Ramos. 1.ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 605-625.  
 ROSAS, Fernando. (1994), Da Ditadura Militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar, História de Portugal: o Estado Novo, Dir. José Mattoso. Coord. Fernando Rosas. Lisboa, Editorial Estampa, vol. VII, p. 152-164.  
 SAMARA, Maria Alice. (2009), Sidonismo e restauração da República. Uma “encruzilhada de paixões contraditórias”, História da Primeira República Portuguesa, Coord. Fernando Rosas. Maria Fernanda Rollo. 1.ª ed., Lisboa, Tinta-da-China, p. 371-395.  
 SERRA, João B. (2009), A evolução política (1910-1917), História da Primeira República Portuguesa, Coord. Fernando Rosas. Maria Fernanda Rollo. 1.ª ed., Lisboa, Tinta-da-China, p. 93-128.  
 SILVA, Filipe Carreira da. (2003), Espaço Público em Habermas, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.  
 VALENTE, Vasco Pulido. (2006), Um Herói Português: Henrique Paiva Couceiro, Lisboa, Alêtheia Editores.  
 VIEIRA, Joaquim. (1999), Portugal Século XX: Crónica em imagens (1910-1920), 1.ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores.

## A última eleição municipal em Lisboa na I República: o triunfo das esquerdas republicanas?

Eunice Relvas<sup>1</sup>

Este painel do Colóquio – O Regime Cercado – transporta-nos para o microcosmo sociopolítico dos derradeiros anos do regime republicano, cercado à esquerda e à direita do espectro político. No pós-guerra, a incapacidade de reforma do regime republicano pelo Partido Republicano Português (PRP) e a clivagem político-social existente entre a esquerda e a direita trouxeram a fragmentação partidária, novos discursos e novos líderes políticos. Apesar de algumas tentativas unificadoras da oposição conservadora em ser uma alternativa de Poder, os democráticos continuavam a exercer a sua hegemonia política.

A esquerda republicana<sup>2</sup> conheceu a constituição<sup>3</sup> de alguns Ministérios (entre Dezembro de 1923 e Fevereiro de 1925)<sup>4</sup> inaugurando um novo programa que procurava a resolução da crise socioeconómica, através de novas soluções e de combate às forças conservadoras e oligárquicas. Dentro deste espírito enquadra-se o Grupo Seara Nova<sup>4</sup>, uma agremiação da elite intelectual, que se queria renovadora e inventiva de um plano de reformas políticas estruturais sustentado por uma forte opinião pública nacional. Visava a constituição de um governo de competências, com legitimação parlamentar, e não rejeitou a participação de seareiros em governos republicanos (1923-1925), bem como em coligações eleitorais nas eleições legislativas e municipais neste ano de 1925.

1 Instituto de História Contemporânea-FCSH/UNL e Gabinete de Estudos Orlisiponenses-CMI. Esta comunicação resulta da investigação que estamos a efectuar para a tese de doutoramento denominada *Eleições Municipais em Lisboa na I República (1910-1926)*.

2 Para o estudo da esquerda republicana são essenciais os estudos de QJUEIRÓS, António José. (2008), *A Esquerda Democrática e a Final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte; do mesmo autor (2012), *José Domingues dos Santos – O Defensor do Povo (1887-1958)*, Lisboa, Assembleia da República; e os trabalhos de PINTO, Ana Catarina. (2011), *A Primeira República e os Conflitos da Modernidade (1919-1926) – A Esquerda Republicana e o Bloco Radical*, Casal de Cambra, Centenário da República/Caleidoscópio; da mesma autora, (2012), “A Autonomização da Esquerda Republicana no pós-guerra (1919-1926)”. In *Congresso Internacional I República e Republicanismo* / Maria Fernanda Rollo (Coord.), Lisboa, Assembleia da República, p. 83-90.

3 Governos de Álvaro de Castro, de 18-12-1923 a 06-07-1924; Rodrigues Gaspar, de 06-07-1924 a 22-11-1924 e de José Domingues dos Santos, de 22-11-1924 a 15-02-1925.

4 Para o estudo deste Grupo, seus projectos, estratégias e actividades veja-se REIS, António. (2000), *Rui Pimenta: Biografia de Um Intelectual Político Republicano*. Tese de doutoramento. Vol. I, Lisboa, FCSH-UNL, p. 329-408.